

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho atende ao objetivo de levar ao corpo discente e ao público em geral as especificidades do projeto pedagógico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Padre Albino, com a perspectiva de expandir a interação e comunicação do curso com a comunidade.

2. MANTENEDORA – HISTÓRICO

A Fundação Padre Albino é uma instituição particular com finalidade filantrópica, que iniciou suas atividades em 26 de junho de 1926, tendo como fundador o Monsenhor Padre Albino, que dirigiu a instituição durante longos anos, conquistando apoio e reconhecimento da comunidade local e regional, pelos relevantes serviços sociais prestados, notadamente nas áreas da saúde e da educação.

Atualmente a Fundação Padre Albino mantém, na área da educação, as Faculdades Integradas Padre Albino, com os cursos de Direito, Administração, Medicina, Educação Física e Enfermagem, além do Colégio de Aplicação de Catanduva, que oferece curso infantil, fundamental e médio.

Na área da saúde e da promoção social, a Fundação Padre Albino conta com o Hospital Escola “Padre Albino”, com 252 leitos, dos quais 198 são direcionados ao ensino e, conseqüentemente ao SUS – Sistema Único de Saúde; Hospital “Emílio Carlos”, com 159 leitos totalmente dedicados ao ensino e ao SUS e o Recanto “Monsenhor Albino”, instituição voltada para o idoso. Também fazem parte do patrimônio da Fundação, a Fazenda Promissão, no município de Santa Adélia e o Museu Padre Albino.

3. CURSO DE DIREITO - CONCEPÇÃO

O Curso de Direito das Faculdades Integradas Padre Albino foi concebido sob a perspectiva de propiciar ao seu corpo discente uma visão humanística de alto teor ético e moral, sem descuidar do estudo sistemático e clássico das instituições jurídicas, com conteúdo curricular dinâmico e estruturado a partir da adaptação das disciplinas tradicionais às necessidades jurídicas regionais.

Pretende desenvolver o ensino do direito sob a perspectiva de formação de juristas conscientes de seu papel social, promovendo a cidadania, o respeito aos direitos fundamentais do homem, a participação política e social, além de formar operadores do direito com bagagem técnica e operacional qualificada, para uma melhor instrumentalização dos procedimentos e resolução dos conflitos jurídicos.

Levantar as razões e fornecer alternativas jurídicas dentro de uma metodologia que possibilite a expansão da difusão da noção de cidadania, principalmente no substrato mais desprotegido de recursos da sociedade catanduvense é objetivo prioritário do curso, que se mostra plausível com a adoção de métodos de ensino-aprendizagem que permitam uma forte interação do corpo discente com as várias atividades de fomento à inclusão integrativa e de socialização do ser humano, existentes na micro-região.

Tem por objetivo ainda ser um centro de aprofundamento do debate e das reflexões sobre o direito contemporâneo, dos problemas jurídicos brasileiros, com ênfase na busca de soluções para as demandas regionais estratificadas pela situação geográfica, política e econômica onde inserida a faculdade.

O Curso de Direito foi instalado em fevereiro de 2003 e a primeira turma completou sua integralização no ano de 2007. Tem como área de influência a micro-região de São José do Rio Preto e como meta estender seu campo de interação por todo o interior, alcançando as cidades que fazem parte da região noroeste e nordeste do Estado de São Paulo.

4. CRIAÇÃO DO CURSO

O Curso de graduação em Direito foi criado pelo processo nº 23000-01258/97-77, teve parecer de autorização emitido pelo CNE/CES sob nº 0095/2002 e aprovado em 12/03/2002. Em 01/04/2002 esse parecer foi homologado pela Portaria Ministerial nº 926, de 27/03/2002 e publicado no DOU em 01/04/2002.

O teor da sua autorização para funcionamento na Faculdade de Administração de Empresas de Catanduva, exposto por meio de parecer da Câmara de Educação Superior, determinou à Mantenedora que providenciasse a alteração da denominação da mantida, o que foi concretizado por meio de Ofício conjunto de nº 012/2002 do Conselho de Curadores e de nº 364/2002 da Diretoria Administrativa, ambos da Fundação Padre Albino, dirigido à Secretaria de Educação Superior, que resultou na alteração da sua denominação para Faculdade de Direito e Administração Catanduva.

Em 2007 foi autorizada a integração dos cursos mantidos pela Fundação Padre Albino, por meio da qual foi criada as Faculdades Integradas Padre Albino, com regulamento próprio, bem como congregação e coordenação unificada, promovendo a interação entre as áreas de saúde e educação, com a criação de núcleos próprios e comuns para a pesquisa, extensão e pós-graduação.

5 . MISSÃO DO CURSO DE DIREITO

“Formar juristas conscientes do seu papel ético, político e social, que, como cidadãos, respeitem e defendam as liberdades e os direitos fundamentais e sociais humanos, qualificados técnica e operacionalmente para atuar na solução dos conflitos jurídicos”.

6. AVALIAÇÃO DO MEC E DEMAIS TÍTULOS

Para o reconhecimento oficial, comissão avaliadora do MEC efetuou visita *in loco* nas dependências da faculdade, em março de 2008 e seu relatório conclui atribuindo ao curso o conceito **ÓTIMO**, nota máxima possível. O resultado seguiu o mesmo padrão de qualidade já mostrado pelos alunos no ENADE e no exame da OAB, que resultou em índice extremamente elevado de aprovação (54% na primeira fase).

Foi agraciada com o título de “**CURSO MODELO**” pela Revista Ensino Superior, sendo o primeiro do interior paulista a ser considerado “**CURSO EXEMPLAR**” por comissão criada pela OAB/SP, subseção de São Paulo.

O parecer final da comissão do MEC trouxe a seguinte redação:

“Em geral, o curso apresenta Projeto Pedagógico de caráter humanista com ênfase na utilização do ensino jurídico como instrumento de justiça social e comprometido com a realidade. A coordenação de ensino é democrática e acessível aos corpos docente, discente e administrativo. O corpo docente apresenta-se disponível, altamente comprometido com as atividades acadêmicas e demonstra nítida capacidade investigativa que é identificada pela natureza crítica dos temas abordados pelas pesquisas desenvolvidas no curso, as quais analisam os impactos jurídicos sobre a atividade socioeconômica local, o que reflete-se nas atividades acadêmicas desenvolvidas pelo corpo discente. O corpo técnico é disponível com experiência profissional adequada para o desenvolvimento de suas funções. As instalações adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas”.

“Considerando, portanto, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas orientações do Ministro da Educação, nas diretrizes da CONAES e neste instrumento de avaliação, a proposta do curso de Bacharelado em Direito apresenta um **ÓTIMO** perfil”.

7. PERFIL ESPERADO DO ALUNO

O perfil desejado do formando em Direito repousa em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração jurídica dos fenômenos sociais, aliada a uma postura reflexiva e uma visão crítica que fomenta a capacidade de trabalho em equipe e favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

O desempenho dos alunos desse Curso de Direito coloca-o entre as melhores instituições de ensino do direito no país e são obtidas pela busca incessante da coordenação pelo desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

8. COMPETÊNCIAS

Com a integralização do currículo e especificação das unidades de estudos ministradas, o curso deve propiciar ao Bacharel em Direito, no mínimo, uma formação com as seguintes características:

a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e sociológica, características indispensáveis à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;

b) senso jurídico e ético-profissional, associados à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade;

c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliadas à consciência da necessidade de permanente atualização, como processo de educação ao longo da vida;

d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais;

e) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;

f) capacidade de atuação individual associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;

g) domínio da gênese, dos fundamentos da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; e,

h) visão atualizada do mundo e, em particular, consciência solidária dos problemas e desafios de seu tempo e de seu espaço.

9. HABILIDADES

Para alcançar o perfil desejado do formando, o curso jurídico tem a missão de propiciar aos seus alunos o desenvolvimento e a prática das seguintes habilidades:

a) leitura e compreensão de textos e documentos;

b) interpretação e aplicação do Direito;

c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

d) produção criativa do Direito;

e) correta utilização da linguagem, expressando-se com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e riqueza de vocabulário;

f) utilização do raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

g) domínio de tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

h) equacionamento de problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos e,

i) julgamento e tomada de decisões.

10. VOCAÇÃO DO CURSO

Cumprindo sua vocação de ser um instrumento de difusão da cidadania no âmbito regional e levando em consideração sua inserção institucional, política, geográfica e social, o curso oferece várias atividades comunitárias, dentre elas podendo ser destacadas:

A pesquisa e a iniciação científica que, estimulando de forma profícua a curiosidade do aluno sobre as questões sociais que o cercam e adotando uma linha de trabalho voltada para a sistematização e aprimoramento das políticas de

desenvolvimento da região, oferecem aos alunos grupos de estudo e de pesquisa regulares, cujos resultados foram mostrados nas últimas edições do CONIC / COINT, congressos dedicados à iniciação científica.

Em 2007 houve a primeira edição do Congresso de Iniciação Científica (CIC) das Faculdades Integradas Padre Albino, que marcou o início dos trabalhos do Núcleo de pesquisa da instituição, com premiação aos melhores trabalhos, devendo ser repetida tal experiência nos anos vindouros. Nesse evento foram premiados dois alunos, que representavam dois grupos de pesquisa do Curso de Direito.

Como atividade de extensão comunitária, o curso tem sistematicamente oferecido palestras e debates em escolas, asilos e demais entidades filantrópicas e de assistência social.

A prática jurídica tem difundido a necessidade de interação com a comunidade por meio do Escritório de Assistência Jurídica, projeto desenvolvido em parceria com a Associação Pão-Nosso, mantido pela Paróquia Imaculada Conceição de Catanduva, com potencial de atendimento para mais de 30 mil pessoas carentes.

Possui ainda o Núcleo de Apoio Jurídico às Entidades Assistenciais, para prestação de serviço jurídico preventivo para entidades assistenciais comunitárias sem fins lucrativos e conta com o Salão das Audiências, onde são realizados eventos simulados e são defendidas com a formalidade característica, as monografias do Trabalho de Curso.

O Curso de Direito destaca-se com uma atuação marcante na região e no Estado, formadora de profissionais com competências técnicas e comportamentais adequadas às necessidades do mercado, nas mais variadas áreas do conhecimento.

11. INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Os conteúdos teóricos assimilados em sala de aula são vivenciados nas atividades coordenadas pelo Centro de Prática Jurídica (CEPRAJUR), que é o órgão responsável pela prática jurídica do Curso de Direito, atuando ainda em parceria com as demais coordenadorias em várias atividades.

Para complementação e integralização das exigências contidas no projeto pedagógico, o aluno deverá cumprir 500 horas aulas de atividades complementares, sendo 300 horas de prática jurídica e 200 entre as demais atividades, que serão implementadas mediante participação nos grupos de pesquisa e nas demais atividades de extensão universitárias, internas ou externas (palestras, encontros, congressos etc.).

A cada atividade desenvolvida pelo aluno, é atribuído um número específico de horas, computadas ao final do curso para a complementação da carga horária necessária. As atividades são acompanhadas de um relatório específico e, naquelas cumpridas internamente, comprovadas mediante assinatura em lista de presença respectiva.

O controle é feito pela secretaria da faculdade, no caso de atividades complementares e pela secretaria do CEPRAJUR, quando a atividade tiver conteúdo de prática jurídica. Para fins de prática jurídica somente serão computadas as atividades desenvolvidas pelo aluno matriculado na terceira, quarta e quinta série do curso.

O resultado e número individual de horas atividade poderá ser consultado em uma das secretarias, mediante simples requerimento verbal.

Mais do que um núcleo em que se desenvolvem atividades práticas, o CEPRAJUR aglomera funções de secretaria e de logística em relação a todas as Atividades Complementares ao currículo pleno do Curso de Direito.

Característica exclusiva deste Curso de Direito é a inclusão de disciplinas práticas já no terceiro ano, antecipando o contato do aluno com a realidade profissional em que atuará. A mesma preocupação integrativa é mostrada com o Trabalho de Curso e demais atividades oferecidas.

O eixo de formação prática constante da matriz curricular do curso prevê a oferta de sete disciplinas práticas, cada uma com 34 horas-aula de carga horária, ministradas a partir do sétimo semestre do curso. Além do conteúdo prático disponibilizado em classe, os alunos deverão entregar trabalhos em cujo conteúdo expressam e espelham a rotina forense, a serem acondicionados em pastas próprias, administradas pela secretaria do CEPRAJUR.

As atividades do CEPRAJUR e das disciplinas de Prática Jurídica I a VII têm caráter fundamentalmente prático, sem conteúdo metodológico de aulas expositivas.

Buscam-se, no CEPRAJUR e nas disciplinas de prática, meios de tornar o discente capacitado para as habilitações e competências da vida jurídica, tanto no reconhecimento e análise de problemas concretos, como no raciocínio estratégico e na confecção de atos e peças necessários à lida diária de advogados, juízes, promotores, delegados e demais profissões jurídicas.

Dentre tais práticas, destacam-se a viabilização de atos que envolvem de maneira ampla o universo jurídico, peças da *praxis* processual jurídica, audiências, visitas a órgãos, análise de processos judiciais, técnicas de negociação, mediação e arbitragem, conciliação etc. Além disso, o desenvolvimento da prática jurídica estimula a discussão sobre as questões éticas, tanto as previstas nos estatutos profissionais, quanto as reflexões concretas sobre a futura experiência do aluno.

As horas necessárias para a integralização total da prática jurídica (300 horas) serão computadas mediante a soma de todas as atividades com conteúdo prático coordenadas pelo CEPRAJUR, e a “pasta de estágio” compõe-se de todos os trabalhos acadêmicos de conteúdo prático realizados pelos alunos, sendo atribuída uma hora para os relatórios de audiências e visitas a órgãos, duas para cada petição entregue e uma hora para relatório de autos findos.

O CEPRAJUR disponibilizará atividades próprias para atingir dois terços do total exigido (75 petições diversas, 35 relatórios de audiências e 15 horas de outras atividades), distribuídas nas sete disciplinas de prática jurídica, de forma que aproximadamente um terço do conteúdo total deverá ser obtido individualmente pelo aluno, que poderá realizar livremente outros relatórios de audiências ou de autos findos (ambos até o limite de 100 horas); frequência a júri, real ou simulado (5 horas cada), além de participar de outras atividades de conteúdo prático, organizados pelos professores do curso.

Para viabilizar a oferta de prática jurídica de qualidade, atendendo à missão desta instituição, foram criados órgãos que interagem com o CEPRAJUR, cada qual com finalidade própria, porém atuando de forma complementar à atividade do órgão gestor. São eles:

a) Escritório de Assistência Jurídica, gratuita à população carente, desenvolvido em parceria com a Paróquia Imaculada Conceição por nove horas semanalmente, às segundas, quartas e quintas-feiras.

A prática jurídica do curso é desenvolvida para privilegiar a conciliação e a harmonia entre os assistidos, atuando de forma a prevenir litígios. De tal sorte que somente em casos com relevância social é tentada a via judicial.

Os estagiários atendem diretamente ao assistido e mediante orientação do advogado de plantão, buscam a melhor orientação jurídica. Persistindo a necessidade de intervenção judicial, o assistido é encaminhado para a assistência judiciária gratuita coordenada pela OAB, subseção de Catanduva.

A atividade representa a prática jurídica real oferecida pela IES e permite uma maior interação entre a teoria e a prática. Vivenciando o cotidiano, suas carências, despreparo e, por vezes, o desestímulo existencial das pessoas assistidas, o aluno desenvolve uma cognição empírica de alta densidade sociológica.

b) Núcleo de Apoio Jurídico às Entidades Assistenciais: por meio do qual é prestada assistência preventiva gratuita às entidades assistenciais do município de Catanduva e região. O núcleo conta com a seguinte perspectiva:

São firmados convênios com entidades assistenciais da cidade de Catanduva e região por intermédio dos quais a entidade que necessita de algum subsídio jurídico para o exercício de suas atividades procurará o CEPRAJUR, cuja secretária encaminhará o assistido para um contato com os estagiários do curso que, em dupla, tentarão obter a providência jurídica pertinente. Atuarão somente em caráter preventivo, sem incursão no âmbito judiciário.

Tal atividade, também considerada prática real, permitirá ao aluno interagir com o modo de administração das entidades assistenciais, capacitando-o a prestar assessoria jurídica principalmente junto ao terceiro setor e ainda desenvolvendo competências e habilidades para exercer a advocacia empresarial.

c) Pasta de Estágio. A partir do terceiro ano, os alunos confeccionam trabalhos acadêmicos orientados pelos professores, que são arquivados na secretaria do CEPRAJUR. Cada aluno possui uma pasta específica, onde são arquivados os trabalhos desenvolvidos na disciplina de prática jurídica respectiva e outros criados pelo corpo docente da faculdade.

Dos conteúdos ministrados em aula são formuladas proposições com casos fictícios, mas coerentes com a realidade jurídica atual, que serão solucionados estrategicamente pelo aluno, que confecciona a peça processual pertinente, nos mesmos moldes do exame da OAB e demais concursos jurídicos, atividade que personifica a prática simulada.

d) Laboratório Jurídico: Atendendo à expectativa de oferta de ensino de qualidade, o Laboratório Jurídico desta IES efetivamente funciona diariamente. Aos sábados há sempre oferta de atividades práticas variadas, às vezes diretamente no terminal de computador, pelo coordenador do CEPRAJUR, das 8h00 às 12h00, cujo

conteúdo incentiva a busca do desenvolvimento da técnica jurídica mediante uma redação eficiente e estimula a curiosidade do aluno com a procura de fundamentos jurídicos diretamente nos sítios jurídicos disponibilizados pela internet. Mesclam-se aqui atividade real e simulada.

e) Cartório Modelo: O CEPRAJUR possui um Cartório Modelo, com cópias de processos (autos findos) que ficam à disposição dos alunos do Curso de Direito para manuseio, conhecimento e aprimoramento da prática jurídica.

f) Estudo de Casos: Em virtude da qual são propostos pelos professores do curso, com base na realidade atual, casos específicos, em cujo objeto deverá atuar o aluno, recebendo horas aulas pela intervenção.

g) Salão de Audiências: O salão de audiências, já inaugurado, serve de ambiente para a realização de várias atividades, inclusive para aulas de prática jurídica, por meio das quais são simulados casos concretos e ensinadas formas de abordagem pelos professores, para serem desenvolvidas pelo corpo discente.

O Salão de audiências é utilizado também para algumas atividades complementares e principalmente para a defesa das monografias do Trabalho de Curso. Para a cerimônia, aberta ao público e comunidade, todos os componentes da banca e o aluno concluinte vestem toga com a indumentária própria do curso de direito, proporcionando uma mostra interessando sobre o universo jurídico.

A integração entre ensino-aprendizagem é realizada também pelo Núcleo de Pesquisa, pelo Núcleo de Extensão, pela Coordenação de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Curso, assim estruturados:

12. PESQUISA CIENTÍFICA

As linhas de pesquisa do Curso de Direito enquadram-se na perspectiva dos seus objetivos acadêmicos e teóricos, visando o desenvolvimento da capacidade de pesquisa dos discentes, concomitantemente ao incremento do raciocínio crítico, teórico e empírico do Direito, tendo em vista, essencialmente, uma compreensão do mesmo na sua dimensão real e ainda dos conflitos subjacentes ou derivados do fenômeno jurídico.

Para gerir e supervisionar a pesquisa científica, o curso mantém uma coordenadoria de pesquisa, cujo titular recebe remuneração específica, com expediente próprio para atender aos estagiários e aos docentes, trabalhando de forma integrada com as demais coordenadorias.

Todos os docentes do curso são estimulados a promover e orientar grupos de pesquisa, recebendo remuneração mensal específica. Os grupos de pesquisa funcionam desde o primeiro ano de implantação do curso, e seus integrantes participam efetivamente de todas as edições do CONIC/COINT, com apresentações individuais efetuadas pelos pesquisadores estagiários, denotando desta perspectiva a preocupação da coordenação com a pesquisa e iniciação científica.

As linhas de pesquisa são compostas de temas pertinentes aos interesses da região, o que já propiciou várias ações integradas com os órgãos públicos locais. Dentre os mais relevantes feitos realizados pelos grupos de pesquisa, foi descoberto nos autos do processo originário de demarcação das terras onde instalado o município, tendo sido inaugurado em 2005 o marco inicial da cidade de Catanduva, símbolo que se encontrava esquecido pelos munícipes e que foi resgatado pela pesquisa deste Curso de Direito.

Em conexão com a coordenação do Trabalho de Curso e com o CEPRAJUR, a pesquisa científica produzida pelos estagiários do quarto e quinto ano para a conclusão do curso leva em consideração aspectos sociais regionais, o que contribui para a melhoria do desenvolvimento da noção de cidadania. Em 2007 foi realizado o primeiro evento inter-faculdades, o congresso de Iniciação Científica da Faculdades Integradas Padre Albino, com grande participação da comunidade acadêmica, com cerca de oitenta trabalhos inscritos e sessenta apresentados.

12.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A estrutura das Faculdades Integradas Padre Albino mantém o Comitê de Ética em Pesquisa, devidamente formalizado junto aos órgãos competentes, mantendo reuniões periódicas e contando com a participação de um membro indicado pelo coordenador do Curso de Direito, atuando na sede administrativa das Faculdades Integradas Padre Albino.

13. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Para gerir e supervisionar a extensão universitária o curso mantém uma coordenação própria, cuja titular recebe remuneração específica, com expediente que inclui palestras externas e internas, reuniões e convênios, trabalhando de forma integrada com as demais coordenadorias nomeadas.

A extensão universitária do curso tem como finalidade propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, sendo integrada, também, nas Atividades Complementares. Para atingir seus objetivos, divide suas tarefas em duas dimensões: a extensão universitária propriamente dita e a extensão comunitária.

A extensão universitária propõe e organiza, sistemática e internamente, em parceria com as demais coordenadorias, várias atividades complementares, tais como palestras, congressos, seminários, simpósios etc., tendo já produzido uma gama extraordinária de eventos durante esses anos de existência do Curso de Direito.

A extensão comunitária privilegia as demandas regionais, focando suas atividades em projetos de trabalho com temas atuais, preparando os alunos para o contato externo e desenvolvendo várias atividades sociais. Dentre eles, destaca-se o trabalho efetuado para divulgação das novas diretrizes do Código Civil, que foi desenvolvido em várias escolas e entidades assistenciais, aproveitando-se até do espaço propiciado pelo projeto Escola da Família, organizado pelo Estado de São Paulo em toda rede de ensino estadual.

Com sua atuação, já divulgou em asilos, creches e escolas o Novo Código Civil; o Estatuto do Idoso e a legislação pertinente aos portadores de necessidades especiais. A atividade pressupõe a capacitação dos alunos, que fazem as palestras nos locais previamente indicados, sob a orientação da coordenadora de extensão.

Também de forma integrada com os demais cursos da instituição, realizou atividades com adolescentes do Colégio de Aplicação, mantido pela Fundação Padre Albino, ministrando palestras e promovendo debates com orientação dos professores do curso, resultando em uma melhor difusão dos conceitos de cidadania e de eficiente inserção social.

14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado é controlado pela secretaria do CEPRAJUR e as horas respectivas serão computadas juntamente com as horas pertinentes à pasta de estágio, sendo que, para referida atividade, em qualquer de suas modalidades, não serão atribuídas mais do que um terço (100) das horas necessárias para complementação da carga horária total (300 horas).

Poderá ser realizado internamente, no escritório jurídico do CEPRAJUR ou no Núcleo de Assistência Jurídica a Entidades Assistenciais, ou externamente, nos estágios em escritórios advocatícios ou outros órgãos públicos, mediante assinatura de convênio respectivo, com o CEPRAJUR reservando-se o direito de fiscalizar diretamente a prestação de atividades respectivas, conforme regulamento interno.

Os objetivos do estágio externo constituem-se em permitir ao aluno o exercício da prática em escritórios e empresas conveniadas, bem como em outras instituições, em seus departamentos jurídicos, com a função de acrescentar ao discente experiência no campo profissional.

Adota-se a modalidade de estágio externo opcional, tendo em vista a característica e perfil do corpo discente, notadamente majoritária em período noturno. A atividade externa tem como limite de integralização 100 horas-aula, computadas de forma complementar em relação às 300 horas obrigatórias desenvolvidas no estágio interno e são prestadas mediante convênios firmados.

Cada convênio é estruturado de forma a permitir ampla fiscalização do coordenador de estágios do curso, que terá poder de veto e de extinção daqueles que não tiverem cumprindo as metas e objetivos fixados pelo presente Projeto Pedagógico e demais normas regimentares.

Vislumbra-se com a implementação do Estágio Curricular Supervisionado, que é oferecido concomitantemente com as demais Atividades Complementares do curso, uma atuação conjunta com os demais órgãos da instituição, notadamente com o CEPRAJUR, com vistas a propiciar ao corpo discente o mais variado conjunto de atividades práticas.

Para tanto, foi elaborado o regulamento de maneira a adotar limite de números de horas específicas para cada atividade, o que impede a participação do aluno em um único programa de estágio.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares têm por finalidade propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento jurídico propiciado pelo curso.

Considerado essencial para a consecução de um curso de qualidade, o programa de oferta das atividades complementares envolve a participação ativa do aluno em eventos de extensão universitária e comunitária, pesquisa, além de comparecimento e participação em congressos, seminários, cursos, palestras e todas as demais pertinentes ao universo jurídico.

São oferecidas internamente, dentro de programação específica anual, com as coordenadorias atuando conjuntamente, e em caráter externo, reservando-se às

coordenadorias do curso o direito de avaliar a qualidade daquelas atividades oferecidas por órgãos e entidades externos, para fins de atribuição das horas-aula respectivas.

16. TRABALHO DE CURSO

O Trabalho de Curso é exigência contida na Resolução n. 09, de 29 de setembro de 2004, que o adota como obrigatório para a obtenção do grau de bacharelado. Pelas suas especificidades, a monografia é a mais indicada forma de comprovação de aprendizado pelo aluno de Direito e foi adotada como Trabalho de Curso.

O Trabalho de Curso consiste na elaboração e defesa de uma monografia jurídica pelo aluno matriculado nos quatro últimos semestres do Curso de Direito, cujo conteúdo deverá demonstrar capacidade do discente em desenvolver um tema jurídico específico; elaborar um trabalho científico com nível de profundidade que permita a análise criteriosa do assunto escolhido; com estrutura definida por regulamento próprio e conseqüente defesa perante banca examinadora.

A atividade pressupõe a apreensão de conteúdo teórico nos três primeiros anos e é desenvolvida pelos alunos nos dois últimos anos do curso, sob orientação de um professor, especialista da área do tema objeto da monografia, conforme cronograma adotado por regulamento próprio pela congregação da faculdade.

O tema de cada monografia deve ser inédito em relação aos demais apresentados na instituição, e vinculados à área de atuação do professor orientador designado. Os temas já desenvolvidos são relacionados no site da faculdade e disponibilizados para consulta na biblioteca ou na secretaria do CEPRAJUR.

Complementando as diretrizes propiciadas pela coordenação pedagógica, o Trabalho de Curso foi estruturado de forma a estimular os alunos a desenvolverem monografia jurídica com temas que envolvam interesses jurídicos específicos da região de Catanduva, e desenvolve-se vinculado ao Centro de Prática Jurídica, mas elaborado de forma integrada à pesquisa e à extensão universitárias.

Como característica do Trabalho de Curso, é necessário destacar que o aluno desenvolve pesquisa em três fases distintas, mas complementares, sendo que até o último dia útil do mês de março do ano em que estiver matriculado no sétimo semestre, o aluno protocolará o anteprojeto de pesquisa; até o último dia útil do mês de junho do ano em que estiver matriculado no sétimo semestre, o orientando protocolará o projeto de pesquisa; até o último dia útil do mês de novembro do ano em que estiver matriculado no oitavo semestre, o aluno encaminhará relatório sobre as atividades desenvolvidas no período.

As defesas perante banca previamente designada é o último ato formal e serão precedidas de análise por uma banca de qualificação composta por dois professores, com a presença do aluno, cuja atuação tem como objetivo uma orientação final sobre o projeto e estrutura da monografia.

Os professores-orientadores necessitam ter titulação mínima de mestre ou matrícula em curso regular de mestrado estrito senso e a banca examinadora será composta por três examinadores. Há um coordenador para gerir as atividades atinentes ao Trabalho de Curso.

17. PÓS GRADUAÇÃO

O ano de 2008 marca o início da oferta de cursos em nível de pós-graduação pelo Curso de Direito, que serão ministrados com coordenadoria própria e administração das Faculdades Integradas. Dois cursos têm previsão de começar a serem oferecidos a partir de março. São eles: Direito Civil e Processo Civil e Direito do Agronegócio.

O curso de Direito Civil e Processo Civil buscará integrar as duas disciplinas de forma a discutir as inovações trazidas tanto pela edição do novo Código Civil em 2002 como pelas mudanças no direito processual, oriundas de extensa legislação modificadora editadas nos últimos anos, trazendo novas técnicas para a discussão e satisfação das pretensões no ambiente judiciário.

A oferta do curso de Direito do Agronegócio é decorrência natural da vocação regional do Curso de Direito. O agronegócio representa a economia majoritária de Catanduva e dos municípios que a circundam, oferecendo campo profícuo para discussão de suas premissas e implicações. O objetivo maior do curso é inserir a região de Catanduva no centro das grandes discussões jurídicas sobre o agronegócio e suas implicações econômicas e ambientais.

18. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Em 2005 a diretoria administrativa da Fundação Padre Albino, mantenedora, deliberou pela integralização da gestão dos cursos por ela mantidos, protocolizando nos órgãos competentes os requerimentos pertinentes, que foi autorizada em 2007, formando as Faculdades Integradas Padre Albino, que tem como missão institucional:

“As Faculdades Integradas Padre Albino fundamentam-se na produção de conhecimento, no exercício da crítica e questionamento, para a formação de profissionais com competência técnica, comportamental e humana, comprometidos com a justiça social, a ética e a cidadania”.

Por conta de tal reestruturação, foram criados vários órgãos, a serem geridos por uma administração comum, sob a denominação de FIPA – Faculdades Integradas Padre Albino. Dentre os órgãos previstos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional formalizado foi criada uma Comissão de Avaliação Própria (CPA) comum para todos os cursos, com estrutura, regulamentos, estratégia de ação e procedimentos definidos nos mesmos moldes previstos pela legislação em vigor.

Os resultados das avaliações são discutidos, servindo de orientação para a postura estratégica do curso, estampada neste projeto pedagógico.

Assim, além da avaliação individual de cada aluno, cujos métodos são previamente divulgados nos planos de ensino de cada disciplina, o Curso de Direito conta com sistema próprio de avaliação, composto por representantes do corpo docente e discente, além dos setores administrativo, acadêmico e da sociedade catanduvense.

As conclusões extraídas da avaliação sistemática, em pleno funcionamento nesta IES, servem de parâmetro para a constante evolução do curso, oferecendo paradigmas eficazes para a melhoria do ensino-aprendizagem oferecido.

19. CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES DIDÁTICAS

Em sua concepção, o Curso de Direito conta com 3.740 horas-aula de atividades didáticas, distribuídas em três dimensões, integradas e complementares, que, aliadas à prática jurídica formam o conteúdo pleno do projeto pedagógico proposto. Estão assim sistematizadas:

Primeiro ano: eixo de formação fundamental, abrangendo disciplinas cujos conteúdos enfatizam a importância do estudo sistemático das relações interpessoais em sintonia com as necessidades sociais nos âmbitos político, social e jurisdicional, adotando como força motriz a discussão sobre a noção de interdependência entre as instituições constituídas.

Nesse contexto, são propostas ao corpo discente as seguintes acepções:

Conteúdo filosófico de alto senso ético e moral, cultivando e enaltecendo os valores da dignidade humana, contidos principalmente nos programas das disciplinas Filosofia Geral e Filosofia Jurídica, o qual se fundamenta no estudo sistemático sobre as grandes correntes do pensamento filosófico, mas com ênfase no estímulo ao pensamento reflexivo do aluno em relação ao contexto social em que inserido.

Além de conhecer e estudar Filosofia, disciplina deslocada para o quinto ano do curso, o aluno é estimulado a investigar as razões comportamentais do ser humano de forma compartilhada com os demais colegas e a reavaliar suas próprias incertezas diante dos conflitos da humanidade, aprimorando sua capacidade de percepção e julgamento das relações interpessoais e sociais.

Conteúdo sociológico abrangente, que estimula o aluno a refletir sobre o legado construído pela evolução social da humanidade e sobre os conflitos inerentes à sua condição pessoal em contraposição à sua identidade política e comunitária, com vistas ao desenvolvimento da plena cidadania.

Pelas disciplinas com conteúdos ligados à gestão pública, quais sejam, Teoria Geral do Estado, Ciência Política e Economia o aluno é levado a reconhecer e avaliar as fórmulas e soluções tomadas pelos grandes doutrinadores através dos tempos e, mais do que isso, as consequências de tais atividades, formando um corpo discente preparado para realizar uma crítica coerente, abstrata e imparcial acerca da grave crise gerada pela exacerbação dos dogmas democráticos pela qual passamos.

Duas disciplinas interligadas, quais sejam, Direito Romano e História do Direito abordam o desenvolvimento do pensamento jurídico através dos tempos, com vistas a situar o aluno no contexto histórico em que desenvolvidos e sua relação de causalidade com as consequências atuais no âmbito político e social.

Refletir sobre a necessidade de interpretar a lei dentro de um contexto social específico e utilizar o produto da interpretação para diminuir o impacto das disparidades existenciais do ser humano contemporâneo é objetivo dessas disciplinas, no que são auxiliadas pelo conteúdo programático da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Segundo ao quarto ano: eixo de formação técnica. O conteúdo dogmático do direito é trabalhado nessas disciplinas de forma a permitir uma reflexão crítica dos métodos de solução dos conflitos atuais, em suas acepções judicial e extrajudicial, permitindo amplo debate sobre a oportunidade de tais procedimentos.

A atividade didática discutida e recomendada nas reuniões acadêmicas periódicas compõe-se de métodos e dinâmicas voltadas para propiciar ao aluno uma

compreensão sistemática da complexidade produzida pela extensão do fenômeno jurídico. Mais do que entender o conteúdo dogmático das instituições jurídicas o aluno é levado a refletir o contexto social e político que propiciou o surgimento de tais dogmas, permitindo-lhe comparar a plausibilidade de subsistência dos conceitos neles inferidos.

A mescla entre a visão dogmática, necessária para a fixação de premissas e pressupostos jurídicos que auxiliam na solução dos litígios e a visão crítica, com a disposição para repensar e reavaliar a subsistência desses mesmos dogmas, reflete a intenção dos idealizadores deste Curso de Direito em produzir no aluno um raciocínio lógico eficiente, que possa fornecer fundamentos eficazes para as intervenções do futuro profissional de direito.

Quinto ano: eixo de formação dos novos direitos: A compreensão do ensino jurídico como algo em constante mutação é o fundamento para a inclusão das disciplinas contidas no último ano do curso na matriz curricular. As inovações trazidas pela evolução das necessidades sociais permitiram a inclusão das discussões acerca da nova realidade jurídica em disciplinas próprias, como Direito do Consumidor, Direito Agrário, Direito Ambiental, Direito Autoral etc.

Sem conduzir à fragmentação do ensino do Direito, antes complementando a dinâmica de seu estudo, foram inseridas tais disciplinas no último ano do curso. Livre da preocupação de definir se já alcançaram ou não status de ramo autônomo do direito, estudar os princípios sociais e jurídicos que propiciaram o surgimento de tais “novos” direitos no nascedouro, já que todos os pressupostos para sua criação ainda vigoram, confere ao aluno uma visão contemporânea da interpretação jurídica e da aplicação racional e utilitária da teoria jurídica.

Discutir a assistência ao hipossuficiente por meio de tutela jurisdicional própria, diminuindo a extensão do hiato social imposto pelas novas necessidades é atividade que desperta o aluno para um novo Direito, permeado pela busca do justo e do equânime.

O quinto ano apresenta também, em sua composição curricular, disciplinas optativas, formativas e profissionalizantes, de livre escolha do aluno.

Isso possibilitará uma especialização de cunho temático, tangida pela decisão do aluno. São oferecidas no último semestre do último ano, quando o aluno já terá obtido conhecimentos multidisciplinares referentes ao campo de trabalho no qual pretende exercer suas atividades profissionais, enriquecidos com aquelas disciplinas de outros cursos ou com atividades complementares.

20. PLANOS DE ENSINO

Cada plano de ensino é confeccionado para justificar a vocação e a missão do Curso de Direito e deve conter os objetivos gerais e específicos de cada disciplina, as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos, o conteúdo programático, os métodos e técnicas de ensino, bem como o critério de avaliação e a bibliografia, básica e complementar.

21. EMENTAS

Disciplina: Teoria Geral do Estado

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

Teoria Geral do Estado; Sociedade. Origem, fundação e evolução, nascimento e extinção dos Estados. Elementos constitutivos do Estado: Soberania; Território; Povo; Finalidade. Justificação, funções e conceito de Estado. Estado, Política e Direito. Estado e Democracia. Estado e formas de representação: Sufrágio e Mandato Político. Sistemas eleitorais. Formas de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo. Formas de Estado: Estado Unitário; Estado composto; O Estado Federal. Estado Socialista e Capitalismo de Estado. As Declarações de Direitos. O Estado na Ordem Internacional. Tendências do Estado contemporâneo.

Disciplina: Direito Civil I: Teoria Geral do Direito Civil

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

Análise da Lei de Introdução ao Código Civil e os elementos de conexão. Estudo sobre a teoria da relação jurídica e seus elementos. Compreensão sobre a pessoa natural e a pessoa jurídica como titulares de direitos e obrigações. A definição de objeto da relação jurídica e sua classificação.

Disciplina: Economia I

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

Economia: O Feudalismo: O Processo de formação do capitalismo; As teorias de Karl Marx e Adam Smith; O Liberalismo Econômico como mola mestra do capitalismo; As teorias socialistas contrárias ao modelo capitalista; O surgimento do lucro; As formas de expropriação da mais-valia; A concentração econômica; A formação dos grandes conglomerados; As relações entre metrópoles e colônias; Do capitalismo originário (países desenvolvidos) ao retardatário (países em desenvolvimento).

Disciplina: Direito Romano

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

Importância do estudo do Direito Romano. Os sistemas jurídicos do Direito Romano. As instituições jurídicas romanas. O Direito Romano como precursor do direito moderno. O legado romano na área de Direito Civil e sua aplicação no direito contemporâneo.

Disciplina: Português Jurídico

Série: 1ª ano

Semestre: I

EMENTA

Comunicação Jurídica. O valor do vocabulário jurídico. O parágrafo e a redação jurídica. Comentários sobre as modalidades do Português: os diferentes registros e sua adequação às mais diversas situações de fala. A importância da coerência, correção, clareza, concisão e ênfase na linguagem forense. Revisão gramatical. Português e prática forense.

Disciplina: Informática

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

O computador: origem, funcionamento, componentes básicos, arquitetura. Tecnologia hardware: processadores, memória, dispositivos de E/S, redes de computadores. Sistemas distribuídos. Software: categorias, sistemas operacionais, linguagens de aplicação. Linguagens. Planilhas. Banco de Dados. Multimídia. Apresentações.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito I

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

Buscando fornecer os mais basilares conceitos a fim de que o estudo do direito possa se iniciar, a disciplina trata essencialmente dos vários ângulos de abordagem do fenômeno jurídico – histórico, sociológico, filosófico, técnico – desenvolvendo, com mais ênfase, uma análise dos institutos fundamentais que formariam uma Teoria Geral do Direito. Neste sentido, as questões concernentes ao debate a respeito de uma possível ciência do direito encaminham as reflexões sobre os estatutos e temas centrais da análise dos institutos gerais do direito.

Disciplina: História do Direito

Série: 1º ano

Semestre: I

EMENTA

A Cidade-Estado na Antiguidade grega, análise do direito, da lei positiva e o debate sobre a justiça. Evolução do Direito Romano e a questão da cidadania. Estudo do Direito Medieval, no desenvolvimento jurídico da Modernidade. Noções da formação do Direito português. O Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Americana. O Direito brasileiro em suas diferentes fases. A crise do Direito e a questão da Justiça no mundo Contemporâneo.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Série: 1ª ano

Semestres: I e II

EMENTA

Iniciação metodológica aos trabalhos de caráter técnico e científico: diretrizes para a leitura seletiva, a análise e interpretação de textos; diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos e monografias (plano de trabalho, resumos, resenhas, características do Trabalho de Curso).

Disciplina: Português jurídico

Série: 1ª ano

Semestre: I e II

EMENTA

Comunicação Jurídica. O valor do vocabulário jurídico. O parágrafo e a redação jurídica. Comentários sobre as modalidades do Português: os diferentes registros e sua adequação às mais diversas situações de fala. A importância da coerência, correção, clareza, concisão e ênfase na linguagem forense. Revisão gramatical. Português e prática forense.

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito II

Série: 1º ano

Semestre: II

EMENTA

Ordenamento Jurídico. Fontes Jurídicas. Sistemas Jurídicos. Dinâmica Jurídica. Hermenêutica. Antinomias Jurídicas. Lacunas Jurídicas. Direito e justiça. Novas perspectivas para o estudo do Direito.

Disciplina: Economia II

Série: 1º ano

Semestre: II

EMENTA

Economia: O Processo de formação do Capitalismo no Brasil; O Café como dinâmica econômica, social e regional; A relação entre colônia e metrópole; Regionalização e Mundialização. O Processo de Industrialização e as Dificuldades Sócio-Econômicas do Brasil dentro do Capitalismo; Os Países ricos capitalistas e a relação com a Periferia. O “Milagre Econômico”; Crise do petróleo e a dívida externa; O Brasil pós década de 90. Tendências atuais do Direito Econômico.

Disciplina: Direito Constitucional I

Série: 1º ano

Semestre: II

EMENTA

Direito Constitucional: objeto e método de disciplina. Origem histórica das Constituições. Poder Constituinte. Classificação das Constituições. Normas Constitucionais. Princípios Constitucionais. Interpretação e aplicação das normas constitucionais. Supremacia das Constituições e opções de controle de constitucionalidade. História Constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988: princípios e direitos fundamentais. Inserção do Direito Constitucional nas relações interdisciplinares.

Disciplina: Filosofia Geral

Série: 1º ano

Semestre: II

EMENTA

Filosofia geral e filosofia do direito. O pensamento pré-socrático. O período antropológico da filosofia grega. A doutrina platônica do direito. A filosofia política e jurídica de Aristóteles. O pensamento jusfilosófico patrístico e medieval. A filosofia renascentista e o Direito. O pensamento moderno da filosofia do direito: Espinosa; Hobbes. Locke e o jusnaturalismo moderno. O iluminismo e o Direito: os enciclopedistas. O liberalismo e o individualismo no pensamento kantiano. A filosofia do direito hegeliana. Marx e a crítica ao Estado e ao direito.

Disciplina: Sociologia Geral

Série: 1º ano

Semestre: II

EMENTA

Sociologia: Conceitos. Finalidades e Métodos. Indivíduo, Cultura e Sociedade. Histórico da Sociologia: Montesquieu, Augusto Conte; Durkheim; Marx; Weber. Controle Social. Status e Papel. Grupos, Agregados e Categorias. Estratificação Social. Instituições Sociais. Processos Sociais. Mudança Social e perspectivas das relações sociais.

Disciplina: Ciência Política

Série: 1º ano

Semestre: II

EMENTA

O significado clássico e moderno da política. Teoria Geral do Estado, Ciência Política e Filosofia Política. As teorias políticas da antiguidade. A teoria teológico-política. Teoria Política no renascimento. Teoria política moderna. Teoria política liberal. Teoria política libertária e marxista. O Estado na idade contemporânea. Estado liberal, totalitário, social e de Direito. Política, cidadania e Direito no Brasil contemporâneo.

Disciplina: Direito Civil II – Teoria Geral dos Negócios Jurídicos

Série: 1º ano

Semestre II

EMENTA

Análise do fato jurídico como elemento da relação jurídica, suas classificações. Estudo sobre a teoria do negócio jurídico. Caracterização dos pressupostos, validade e eficácia do negócio jurídico. Atuação da prescrição e decadência sobre os negócios jurídicos e seus reflexos. Forma e prova dos negócios jurídicos.

Disciplina: Direito Civil III – Teoria Geral das Obrigações

Série: 2º ano

Semestre: III

EMENTA

Estudo sobre os aspectos gerais das obrigações, sua classificação e modalidades. Análise sobre a transmissão das obrigações e suas conseqüências. Caracterização das formas de adimplemento das obrigações. Análise dos efeitos do inadimplemento das obrigações. Complexidade atual do fenômeno obrigacional.

Disciplina: Direito Constitucional II

Série: 2º ano

Semestre: III

EMENTA

Estrutura e organização do Estado brasileiro. Poderes. Pessoas jurídicas de direito público interno e externo. Autonomia e soberania. Repartição constitucional de competências. Funções essenciais à justiça. A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem econômica e financeira. Ordem Social. Novas perspectivas de inserção dos preceitos constitucionais.

Disciplina: Direito Comercial I

Série: 2º ano

Semestre: III

EMENTA

Conceito e natureza, histórico e finalidade do Direito Comercial, sua autonomia e fontes. Proteção da ordem econômica e da concorrência. Conhecimentos teóricos da doutrina, legislação e jurisprudência. A aplicação contemporânea e prática dos conhecimentos e da técnica jurídica no âmbito econômico-comercial.

Disciplina: Direito Penal I

Série: 2º ano

Semestre: III

EMENTA

Noções e Princípios que regem o Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Interpretação, Integração e Aplicação do Direito Penal. Do Crime. Da Imputabilidade penal. Do Concurso de Pessoas.

Disciplina: Direitos Humanos I

Série: 2º ano

Semestre: III

EMENTA

Direitos Humanos, fundamentos históricos e filosóficos. Desenvolvimento histórico dos direitos humanos. Direitos Humanos e sua proteção no plano interno. A Constituição de 1988 e os Direitos Humanos. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Mecanismo de Constitucionalização dos Direitos Humanos criados pela Constituição de 1988. Violações aos Direitos Humanos no Brasil e no mundo e tendências contemporâneas.

Disciplina: Sociologia Jurídica

Série: 2º ano

Semestre: III

EMENTA

A Sociologia, o Direito e as ciências afins. Sociologia jurídica: conceito, método e temáticas. Antropologia Jurídica e sua relação com a Sociologia Jurídica. O ensino jurídico no Brasil. Acesso à Justiça. Administração da Justiça enquanto instituição político profissional. Conflitos sociais e mecanismos de solução. Mídia e Direito. Mulheres, Direito e Profissões jurídicas. Crime, Direitos humanos e ordem social. Sociologia jurídica e o Direito Público Sociologia jurídica e o Direito privado. Sociologia jurídica e o Direito internacional.

Disciplina: Direito Civil IV – Obrigações e Contratos

Série: 2º ano

Semestre: IV

EMENTA

Parte geral da teoria contratual: formação, desenvolvimento e extinção dos contratos. Classificação. Compra e Venda. Troca. Doação. Contrato Estimatório Locação. Prestação de Serviço. Empreitada. Empréstimo. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de Renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Novos paradigmas do direito contratual.

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Série: 2ª ano

Semestre: IV

EMENTA

Direito e processo; direito material e direito processual; divisão do direito processual; eficácia da lei processual no tempo e no espaço; interpretação da lei processual; constituição e processo; princípios gerais do direito processual; processo de conhecimento, de execução e cautelar; jurisdição: conceito e espécies; jurisdição contenciosa e voluntária; órgãos da jurisdição e competência; ministério público; advogado; direito de ação e direito de defesa; ação civil. Ação penal; relação jurídica processual; atos processuais: conceito, classificação e forma; nulidades processuais; sentença e coisa julgada.

Disciplina: Direito Penal II – Parte Geral II

Série: 2º ano

Semestre: IV

EMENTA

Das Penas. Da Cominação de Penas. Da Aplicação da Pena. Da Suspensão Condicional da Pena. Do Livramento Condicional. Dos Efeitos da Condenação. Da Reabilitação. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Da Extinção da Punibilidade.

Disciplina: Direito Comercial II - Sociedades Comerciais

Série: 2º ano

Semestre: IV

EMENTA

Conceito, natureza, histórico e finalidade das Sociedades Comerciais. Origens históricas do Direito Comercial Societário, com enfoque em Sociedades Limitadas e Sociedades Anônimas. Conhecimentos teóricos da doutrina, legislação e jurisprudência. A aplicação prática dos conhecimentos e da técnica jurídica no âmbito econômico-comercial.

Disciplina: Direito Administrativo I

Série: 2º ano

Semestre: IV

EMENTA

Origem, Objeto e Conceito de Direito Administrativo. Administração Pública e o Regime Jurídico Administrativo. Serviço Público. Poder de Polícia. Administração Indireta, Entidades Paraestatais e o Terceiro Setor. Servidores Públicos. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Atualidades da relação público-privado.

Disciplina: Direitos Humanos II

Série: 2º ano

Semestre: IV

EMENTA

Apresentação do Curso. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos. A estrutura normativa do sistema global de proteção dos direitos humanos. A estrutura normativa dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos – o sistema interamericano. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos e a redefinição da cidadania no Brasil.

Disciplina: Prática Processual Civil II – Prática Jurídica II

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

Apresentação: definição e conteúdo do processo Civil. Artigo 282 do CPC: requisitos da petição inicial. CPC: Uma abordagem enfocando o modo pelo qual se encontra estruturado o processo civil. Processos e procedimentos. Petição inicial. Rito ordinário. Petição inicial: Rito sumário. Petição inicial: procedimentos especiais. Procuração. Custas. Documentos que devem instruir a petição inicial. Citação. Contestação: preliminares. Contestação: mérito. Audiência de conciliação, saneamento do processo, pontos controvertidos, provas. Audiência de instrução e julgamento. Sentença

Disciplina: Direito Civil V – Contratos e Responsabilidade Civil

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

Análise sobre as declarações unilaterais de vontade. Estudo sobre a teoria geral dos contratos atípicos. A busca de compreensão entre a responsabilidade contratual e extracontratual. Caracterização da responsabilidade civil, seus efeitos e modalidades. Estudo sobre os elementos da responsabilidade civil: culpa, dano e nexo de causalidade.

Disciplina: Prática Jurídica I - Instituições Judiciárias

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

As técnicas e procedimentos judiciais. A atuação do profissional de direito. Instituições jurídicas: introdução: definição. Abrangência da atuação do profissional em direito. Os

agentes do sistema jurídico nacional. Profissões regulamentadas: o advogado e o estatuto da OAB. O ministério público: classificação e abrangência de sua atuação. A magistratura e as várias instâncias do poder judiciário. Procuradoria e defensoria públicas: As hipóteses de atuação do profissional de direito no âmbito do poder público. Procedimentos administrativos. Agências reguladoras: A defesa das prerrogativas coletivas. Serviços auxiliares da justiça: Serventias públicas. O sistema de registros públicos.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

O fenômeno processual como pacificador de conflitos. A técnica processual civil: formação, trâmite e extinção do processo. Condução dos incidentes processuais. Sanções processuais: eficácia e conseqüências.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial I

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitação da vida e da saúde. Rixa. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Roubo e da extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Estelionato e outras fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Lenocínio e tráfico de mulheres. Ultraje público ao pudor.

Disciplina: Direito Comercial III - Títulos de Crédito

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

Conceito e natureza, histórico e finalidade dos Títulos de Crédito, sua história e fontes. Títulos de crédito causais e abstratos. Letras de Câmbio. Notas Promissórias. Duplicatas. Cheques e outros títulos. Conhecimentos teóricos da doutrina, legislação e jurisprudência. A aplicação prática dos conhecimentos e da técnica jurídica no âmbito econômico-comercial.

Disciplina: Direito Administrativo II

Série: 3º ano

Semestre: V

EMENTA

Atos Administrativos. Contrato Administrativo. Licitação. Restrição do Estado Sobre a Propriedade Privada. Bens Públicos. Controle da Administração Pública e Improbidade Administrativa. Procedimento Administrativo.

Disciplina: Direito Processual Penal I

Série: 3º ano

Semestre: VI

EMENTA

Noções Preliminares. O Litígio. O Monopólio da administração da justiça. O *Jus puniendi* O processo. Inquérito policial. Prisão provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva mediante ordem judicial. Ação penal pública, privada e privada subsidiária.

Da persecução penal. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Sanções processuais. Nulidades e exceções.

Disciplina: Direito Penal - Parte Especial II

Série: 3º ano

Semestre: VI

EMENTA

Crimes contra a família. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e outros serviços públicos. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Falsidade de títulos e outros papéis públicos. Falsidade documental. Outras falsidades. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça. Crimes contra as finanças públicas.

Disciplina: Direito Comercial IV – Contratos Mercantis

Série: 3º ano

Semestre: VI

EMENTA

Contratos mercantis: Generalidades. Conceito. Pressupostos. Princípios fundamentais. Formação dos contratos. Classificação e extinção dos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Contratos típicos: Compra e Venda Mercantil. Compra e Venda Aleatória. Compra e Venda de Futuros. Contrato de Fornecimento. Contrato de Transporte. Compra e Venda Internacional. Consignação. Alienação Fiduciária em Garantia. Escambo Mercantil. Mandato Mercantil. Comissão Mercantil. Representação Mercantil. Distribuição. Mediação. Locação Mercantil. Leasing. Mútuo Mercantil. Fiança Mercantil. Penhor Mercantil. Depósito Mercantil. Transporte. Seguro. Financiamento e Depósito Bancários. Factoring. Joint-Ventures. Franchising. Comercialização de Software. Transferência de Tecnologia. Novos paradigmas do contrato mercantil.

Disciplina: Direito Civil VI – Direitos Reais

Série: 3º ano

Semestre: VI

EMENTA

Identificação das relações dominiais passíveis de tutela jurisdicional. Posse: aquisição, manutenção e extinção. O significado da tutela à propriedade para os vários sistemas jurídicos. A segurança nas relações jurídicas, representada pela tutela jurídica aos direitos reais. A forma de constituição, transmissão e extinção das várias espécies de direitos reais. Perspectivas atuais do direito possessório e dominial.

Disciplina: Direito Processual Civil II

Série: 3º ano

Semestre: VI

EMENTA

O processo de conhecimento. A instrução do processo. Os meios probatórios: documentos, testemunhas, audiência, perícia.

Disciplina: Prática Processual Civil II – Prática Jurídica II

Série: 3º ano

Semestre: VI

EMENTA

Agravo retido e de instrumento. Embargos. Recursos no âmbito da segunda instância. Apelação. Recurso Ordinário Recurso Especial. Recurso Extraordinário.

Disciplina: Direito do Trabalho I

Série: 3º

Semestre: VI

EMENTA

Introdução às origens do Direito do Trabalho e dos direitos decorrentes da relação de trabalho. O direito individual do trabalhador. Relações de trabalho e de emprego. Atividades laborais autônomas. Trabalhador avulso e demais categorias diferenciadas. Aplicação de legislação civil em caráter subsidiário. Salário e remuneração. Benefícios trabalhistas. Contrato de Trabalho: início e extinção. Estabilidade.

Disciplina: Direito Internacional Público

Série: 4ª

Semestre: VII

EMENTA

Direito e Sociedade Internacional: Evolução do direito internacional, fundamentos e fontes do direito internacional público; relações entre direito interno e internacional; direitos humanos, direitos humanitários; sujeitos de direito internacional público; formação de estados, jurisdição civil e criminal do estado e seus efeitos extraterritoriais; organizações internacionais e o fenômeno da integração econômica internacional em blocos, (ALCA, NAFTA, MERCOSUL, União Européia etc), organizações internacionais (ONU e OEA)

Disciplina: Direito do Trabalho II

Série: 4º ano

Semestre: VII

EMENTA

Direito Coletivo do Trabalho. Funções do sindicato. Conflitos trabalhistas. Liberdade Sindical. Associações sindicais de grau superior. O Sindicato no setor público. Negociação Coletiva. Convenções e Acordos coletivos. Eficácia jurídica das convenções coletivas. Decisão e efeitos: Recursos. A Greve. Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho.

Disciplina: Direito Processual Civil V

Série: 4º ano

Semestre: VII

EMENTA

Recursos – Teoria geral dos recursos – Recursos em espécie – Apelação – Agravo – Embargos infringentes – Recurso especial – Recurso extraordinário – Recurso ordinário. Execução – diversas espécies de execução – Cumprimento de sentença – Execução de título extrajudicial – Execução para entrega de coisa certa e incerta – Execução para cumprimento da obrigação de fazer e não fazer – Execução por quantia certa contra devedor solvente e insolvente.

Disciplina – Prática Jurídica III- Prática do Processo Penal

Série: 4º ano

Semestre: VII

EMENTA

Conceito de Processo Penal. Os fundamentos e correntes doutrinárias que norteiam o processo, bem como, estudos de casos práticos fornecendo aos alunos o conhecimento necessário para suas atividades profissionais.

Disciplina: Direito Civil VII – Direito de Família

Série: 4º ano

Semestre: VII

EMENTA

Família: conceitos sociológico e jurídico. A família como elemento solidificador do Estado. A família antes e após Constituição de 1988. A formação da família, suas características, extinção e conseqüências. Conjunto de princípios que regulam a constituição da família, desde a celebração do casamento, sua validade e efeitos dele resultantes, as relações econômicas da sociedade conjugal, sua dissolução, as relações entre pais e filhos, os vínculos de parentesco e institutos complementares: tutela, curatela e ausência.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Série: 4º ano

Semestre: VII

EMENTA

Do conflito de jurisdição – Restituição de coisas apreendidas. Das Medidas Assecuratórias. Dos incidentes processuais Dos Atos Processuais. Da Citação, Notificação e Intimação. Da Prova – Pressupostos Processuais.

Disciplina: Relações Internacionais

Série: 4º ano

Semestre: VII

EMENTA

Estudo de fatos, dados, tratados, pactos, cartas, protocolos internacionais relativos às relações internacionais entre países, povos, estados e organizações internacionais, abrangendo temas como segurança coletiva, relações diplomáticas e consulares, fontes do direito internacional e demais temas complementares às áreas de direito internacional.

Disciplina: Direito Processual Penal III

Série: 4º ano

Semestre: VIII

EMENTA

Formas Procedimentais. Reclusão. Detenção. Apreensão Simples e Multas. Juizado Especial Criminal. Sentença. Coisa Julgada. Recursos. Protesto por Novo Júri. Embargos. Carta testemunhável. Da Correição parcial. Do Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Agravos. *Habeas Corpus*. Da Revisão.

Disciplina: Direito Processual Civil V

Série: 4º ano

Semestre: VIII

EMENTA

A teoria recursal. Os vários instrumentos de impugnação de sentença. Recursos em espécie. Trâmite processual nos Tribunais. Procedimentos de Jurisdição Voluntária. Processo de Execução. Constrição judicial.

Disciplina: Direito do Trabalho III – Processo do Trabalho

Série: 4º ano

Semestre: VIII

EMENTA

A Justiça do Trabalho. Competência Internacional. O Ministério Público do Trabalho. Petição inicial. Substituição processual. Sucessão processual. Audiência e representação. Contestação. Defesa. Proposta de conciliação. Prova. Nulidades no Direito do Trabalho. Sentenças. Honorários de Advogado e Recursos.

Disciplina: Prática Jurídica IV – Prática do Processo Penal

Série: 4º ano

Semestre: VIII

EMENTA

Crimes de Competência do Júri. Sentença de Pronúncia, Impronúncia, Absolvição sumária. Função do jurado. Organização do júri. Julgamento pelo júri. Atribuições do presidente do Tribunal do Júri.

Disciplina: Direito Civil VIII – Direito das Sucessões

Série: 4º ano

Semestre: VIII

EMENTA

Direito Sucessório: conceito e importância jurídica e sociológica da matéria. Elementos de conexão entre direito constitucional e direito sucessório; direito sucessório e direito de família; direito sucessório e direito de propriedade. O direito sucessório e perspectiva histórica, o direito sucessório como elemento de unidade familiar, o direito sucessório e a família moderna (pós- divórcio e pós-Constituição Federal). A sucessão legítima, abertura da sucessão, legitimação sucessória e causas de exclusão do direito à herança, ordem de vocação hereditária. Direito sucessório entre cônjuges e entre companheiros. Direito real de habitação como direito sucessório. Sucessão testamentária. Legitimação testamentária, modalidades de testamento, validade e eficácia de testamento, revogação e rompimento de testamento. Inventário e Partilha.

Disciplina: Direito Tributário I

Série: 4ª ano

Semestre: VIII

EMENTA

Conceito de direito tributário. Conceito e classificação dos tributos. Competência Tributária. Limitações do poder de tributar. Fontes do direito tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador da obrigação tributária. Sujeitos da obrigação tributária: ativo e passivo. Lançamento tributário. Suspensão e extinção da Exigibilidade da Obrigação Tributária. Repetição do indébito tributário. Infrações tributárias. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária.

Disciplina: Prática Jurídica V – Prática do Processo Civil

Série: 4º ano

Semestre: VIII

EMENTA

Os novos paradigmas trazidos pela reforma processual civil. Estratégias de intervenção judicial. Abordagens lingüísticas e técnicas de convencimento. Formalização de petições e peças processuais. A dogmática processual. A construção do pensamento e raciocínio lógico e jurídico. O profissional do direito como mediador das relações interpessoais.

Disciplina: Direito Internacional Privado

Série: 4ª ano

Semestre: VIII

EMENTA

Conceito de Direito Internacional. As grandes correntes e escolas, O direito internacional como processo, Estado atual de direito internacional, Estudos de Casos.

Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA

Adoção. Atos infracionais. Conselho tutelar. Crimes e infrações administrativas. Direito da criança e do adolescente. Direito fundamental. Justiça da infância e da juventude. Medidas sócio-educativas. Menoridade e responsabilidade penal. Ministério Público e advogado. Proteção integral. Política de atendimento. Procedimentos. Prevenção e proteção especial.

Disciplina: Filosofia do Direito

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA

Filosofia geral e filosofia do direito. O pensamento pré-socrático. O período antropológico da filosofia grega. A doutrina do direito platônica. A filosofia política e jurídica de Aristóteles. O pensamento jusfilosófico patrístico e medieval. A filosofia renascentista e o Direito. O pensamento moderno da filosofia do direito: Espinosa; Hobbes. Locke e o jusnaturalismo moderno. O iluminismo e o Direito: os enciclopedistas. O liberalismo e o individualismo no pensamento kantiano. A filosofia do direito hegeliana. Marx e a crítica ao Estado e ao direito.

Disciplina: Legislação Penal Especial

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA

Abuso do Poder Econômico. Autoridade. Ambiental. Criança e Adolescente. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo. Execução Penal. Consumidores. Contravenções Penais. Crimes contra o Sistema Financeiro. Crimes de responsabilidade. Drogas. Enriquecimento ilícito e atos de improbidade dos agentes públicos. Fiscal. Hediondos. Idoso. Imprensa. Intervenção no domínio econômico. Porte de Arma. Trânsito.

Disciplina: Direito Agrário

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA

Situação agrária brasileira. Teoria geral do direito agrário. Reforma agrária. Institutos básicos do direito agrário brasileiro. Imóvel rural. Contratos agrários. Posse agrária. Política agrícola. Crédito rural. Zoneamento e cadastro. Colonização. Tributação da terra. Água, florestas, caça e pesca. Proteção ao meio ambiente.

Disciplina: Direito Tributário II

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA

Crédito tributário: Conceito; Constituição do Crédito Tributário; Suspensão do Crédito Tributário; Extinção do Crédito Tributário; Exclusão do Crédito Tributário; Garantias e privilégios do crédito tributário; Impostos em espécie; Processo Administrativo Tributário: Conceito; Natureza jurídica; Princípios processuais; Espécies; Determinação e exigência do crédito tributário; Processo tributário judicial.

Disciplina: Direito da Seguridade Social

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA

Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social; Seguridade Social e seus princípios; Regimes de Previdência no Brasil: Regime Geral de Previdência Social,

Regime Próprio e Previdência Privada; Previdência Social; Custeio da previdência; Beneficiários da previdência Social; Manutenção e perda da qualidade de segurado; Dependentes; Perda da qualidade de dependentes; Benefícios; Carência; Salário-de-benefício; Salário-família; Salário-maternidade; Pensão por morte; Auxílio-reclusão; Auxílio-doença; Auxílio-acidente; Aposentadoria por invalidez; Aposentadoria por Idade; Aposentadoria por Tempo de Contribuição; Aposentadoria Especial; Da Habilitação e reabilitação profissional e serviço socia; Proibição de recebimento conjunto de determinados benefícios; A Previdência Social e o Contrato de Trabalho.

Disciplina: Prática Jurídica VI - Processo do Trabalho

Série: 5º ano

Semestre: IX

EMENTA:

Petição Inicial. Contestação. Razões Finais. Embargos Declaratórios. Embargos à Execução. Recurso Ordinário. Recurso de Revista. Agravo de Instrumento. Agravo de Petição.

Disciplina: Filosofia do Direito II

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Os horizontes da Filosofia do direito contemporânea. O normativismo de Hans Kelsen. O culturalismo de Miguel Reale. O acordo do direito positivo e da moral em Habermas, Dworkin, Rawls e Alexy. O existencialismo jurídico: Martin Heidegger. O decisionismo de Carl Schmitt. Marx e a crítica da Economia, do Estado e do Direito. A Teoria Geral do Direito na obra de Pachukanis. A Escola Crítica de Frankfurt. A Teoria Crítica do Direito. Direito e Poder em Michel Foucaut.

Disciplina: Ética Profissional

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Servindo-se da reflexão teórica sobre a ética desenvolvida nas matérias de filosofia geral e direito, ciência política e sociologia, esta matéria se encaminha para uma reflexão mais específica a respeito da apreensão do fenômeno ético, como discurso e implicação prática, na realidade contemporânea. Busca-se desenvolver desde esboços históricos da evolução da ética até usos ideológicos. Acentuar, de maneira ampla, os necessários lastros da perspectiva ética com os legados dos direitos humanos e a responsabilidade social.

Disciplina: Direito Ambiental

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Os diversos tipos e formas de poluição ambiental. A degradação dos rios e das matas. A poluição química do ar. O judiciário e as empresas poluidoras.

Disciplina: Direito Econômico

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Introdução ao Direito Econômico e análise de seus conceitos e institutos fundamentais, enquanto ramo e enquanto método. Análise da regulação geral do processo econômico no setor público e no setor privado. Princípios constitucionais. Legislação nacional. Abuso de poder econômico. Controle dos atos de concentração pelo CADE.

Regulamentação anti-dumping brasileira. Regulamentação internacional da concorrência. O Mercosul.

Disciplina: Direito do Consumidor

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Noções introdutórias e conceitos básicos. Legislação brasileira específica. Os Direitos do Consumidor e sua proteção. A defesa do consumidor em juízo.

Conteúdo de caráter interdisciplinar, visa o estudo da moderna legislação, que regulamenta, sob nova perspectiva, fenômenos econômicos como o consumo de massa, a tutela da concorrência, a defesa ecológica entre outros, propiciando enfoques nas áreas de Direito Econômico, Direito Civil, Direito Comercial, Direito Processual e Direito Penal.

Disciplina: Direito Autoral

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Direito do Autor – noção, evolução, natureza, fundamento. O sujeito do direito. O autor; o anônimo e o pseudônimo. Obras em colaboração; as protegidas e as excluídas de proteção. Os atributos Limites do direito do autor. O regime das diferentes obras. As violações do direito do autor – a proteção e a defesa. O registro . A censura. A cobrança do direito. O CONDAC. O direito do inventor. Códigos e Patentes. A proteção internacional e nacional. Tratados e Convenções.

Disciplina: Direito Financeiro

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Noções introdutórias ao direito financeiro. Política financeira. A ciência do direito financeiro. Os conteúdos do direito financeiro. Receita pública. Despesa pública. Orçamento. Crédito público. Perspectivas do Direito Financeiro.

Disciplina: Prática Jurídica VII – Prática Tributária

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Prática do processo tributário através de simulação e de atendimento na assistência jurídica. Aplicações práticas do conteúdo ministrado.

Disciplina: Prática Jurídica VIII – Prática Constitucional e Administrativa

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Prática do Processo Constitucional e Administrativo e de atendimento na assistência jurídica. Aplicações práticas do conteúdo ministrado.

Disciplina: (Optativa) Direito Civil Aplicado

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Noções gerais do direito civil aplicado. Definição do negócio jurídico e tipificação do negócio jurídico. Fundamentos no negócio jurídico: históricos, políticos, de direito positivo e a posição do código civil; fundamentos doutrinários e as vantagens da categoria. A estrutura do negócio jurídico: elementos de existência; planos da

existência; plano de validade; plano de eficácia. Análise do negócio jurídico no plano de existência. Análise do negócio jurídico no plano de validade.

Análise do negócio jurídico no plano da eficácia: fatores de atribuição, extensão e da extensão subjetiva.

Existência, invalidade e ineficácia do negócio jurídico: conceituação histórica e vantagens; nulidades e anulabilidades. A ineficácia pendente, relativa, superveniente por causa intrínseca e extrínseca. O período da conservação: conceituação fundamento aplicação e alcance. A interpretação dos negócios jurídicos: considerações gerais critérios objetivos e subjetivos.

Disciplina: Direito Penal Aplicado

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Doutrina e Jurisprudência Aplicada. Estágios simulados ou reais. Visita aos estabelecimentos penais. Estudos e Pesquisas a respeito da delinquência juvenil e adulta – elaboração de estatística. Problemas práticos e estudos de caso concretos.

Disciplina: (Optativa) Direito Trabalhista Aplicado

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

A prática dos atos processuais. A modernidade dos atos dos processos. Será estudado o Direito Processual do Trabalho desde sua origem até a execução de sentença, capacitando o profissional para uma eficaz atividade como advogado na Justiça do Trabalho. Outras atividades práticas relacionadas com o conteúdo específico. Participação direta em aulas de seminários. Estágios em órgãos públicos e em empresas particulares, e principalmente na Justiça do Trabalho.

Disciplina: (Optativa) Direito Tributário Aplicado

Série: 5º ano

Semestre: X

EMENTA

Os problemas econômicos do ângulo jurídico. As finanças públicas e sua aplicação prática. Casos e problemas dos tributos federais, estaduais e municipais. Direito Tributário comparado. Planejamento tributário. Impostos e Contribuições para microempresa e empresa de pequeno porte. Tributação no Mercosul.